

# Uma história que vem de longe

CEDOC

## **DIVISÃO DE TERRAS COM BRIGAS E AÇÕES NA JUSTIÇA COMEÇOU EM 1891. ERA O PRIMEIRO PASSO PARA MUDAR A CAPITAL**

**C**ondomínios revolucionam a vida da classe média. Na década de 80 foi a grande explosão. Mas essa história de divisão de terras do Distrito Federal começou ainda em 1891, época em que a Constituição da República reservou uma área de 14,400 mil quilômetros quadrados no Planalto Central para criação de Brasília.

Porém, 37 anos antes, já começavam os registros das terras referentes à Fazenda Paranoá, Fazenda Brejo (Torto) entre outras. A partir da criação do Código Civil, em 1917, foi promovida a primeira divisão de terras no DF que ocorreu entre a década de 20 até meados de 30. Para a construção, de Brasília começaram as desapropriações por meio do Decreto nº 480, de 30 de abril de 1955, editado pelo governo do estado de Goiás.

Essa iniciativa afetou todas

as terras que se encontravam na área destinada à futura capital do País. Entre desavenças e acordos, foram feitas as desapropriações. Muitos proprietários-comunheiros (que possuíam terras em conjunto) aceitavam as propostas de compra e oferta feita pelo Estado numa situação amigável. Mas em alguns casos, uma das partes precisou ser submetida à ação judicial.

Assim, o Estado adquiriu terras que estavam em estado de comunhão com terceiros. Deu-se origem à confusão entre o que sejam terras públicas ou particulares. O problema permanece até hoje devido à falta de expropriação das terras, com a devida indenização dos donos. Com o crescimento desordenado de Brasília e a falta de planejamento habitacional na década de 70, a população começou a buscar novas formas de moradia. Assim surgiu o primeiro parcelamento denominado de condomínio. Naquela época, essa denominação escondia a ausência de título de domínio definido. Hoje, o governo empenha-se para mudar essa situação, brigando na Justiça e promovendo a legalização dos parcelamentos.



**COM o surgimento dos condomínios apareceram as invasões, coibidas com rigor pelo governo**